

O Impacto da IFRS 15 na Qualidade dos *Accruals* e no Gerenciamento de Resultados das Empresas Brasileiras de Capital Aberto

Paulo Vitor Souza de Souza¹ 
Rodrigo de Souza Gonçalves²
César Augusto Tibúrcio Silva²

Resumo

Objetivo – Verificar os efeitos da obrigatoriedade da nova norma sobre reconhecimento de receitas na qualidade dos *accruals* e gerenciamento de resultados em empresas brasileiras abertas listadas na B3.

Referencial teórico – Ao exigir maior julgamento e discricionariedade na avaliação das obrigações de desempenho das empresas, a IFRS15 pode fornecer maior espaço para a influência gerencial na qualidade dos lucros.

Metodologia – Foram utilizadas 305 companhias brasileiras com dados anuais, entre 2011 e 2021. Como *proxies* da qualidade, foram utilizados o modelo de qualidade dos *accruals* de Dechow e Dichev (2002) e o modelo de gerenciamento de resultados de Pae (2005). Foram estimados dois modelos por meio de regressões quantílicas para verificar se a nova norma possui efeito na qualidade dos lucros.

Resultados – Após adoção da norma, há evidências de redução na qualidade dos *accruals*, de empresas do setor de tecnologia, bem como aumento no gerenciamento de resultados de modo geral, em especial no setor de produtos industrializados. A partir da pesquisa é possível constatar que há evidências de que a IFRS 15 não trouxe melhorias na qualidade dos lucros em empresas brasileiras abertas.

Implicações práticas e sociais da pesquisa – Em razão do não alcance dos objetivos iniciais esperados pela implantação do IFRS 15 no Brasil, abre-se um sinal para que os normatizadores monitorem a evolução das implicações do uso dessa norma, buscando eventualmente aperfeiçoá-la na busca de alinhar o exercício de julgamento do gestor a práticas que melhorem a qualidade da informação contábil.

Contribuições – Este estudo fornece evidências que um novo padrão contábil resultou em uma redução na qualidade dos lucros reportados, contribuindo na formulação de mecanismos de aperfeiçoamento da aplicação da norma especialmente, nos setores mais afetados.

Palavras-chave: Receitas, qualidade dos lucros, gerenciamento de resultados, IFRS 15.

1. Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Belém, PA, Brasil
2. Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, Brasília, DF, Brasil

Como citar:

Souza, P. V. S., Gonçalves, R. S., & Silva, C. A. T. (2022). O impacto da IFRS 15 na qualidade dos *accruals* e no gerenciamento de resultados das empresas brasileiras de capital aberto. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 24(4), p.675-691. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v24i4.4197>

Recebimento:

30/jan/2020

Aprovação:

17/ago/2022

Editor responsável:

Prof. Ivam Ricardo Peleias

Revisor:

Vinícius Martins

Um dos revisores não quis divulgar o nome

Processo de avaliação:

Double Blind Review



Revista Brasileira de Gestão de Negócios

<https://doi.org/10.7819/rbgn.v24i4.4197>

I Introdução

A instituição do novo padrão para o reconhecimento e mensuração de receitas (IFRS 15) pode, em razão de atribuir maior discricionariedade acerca das etapas contidas na referida norma no momento do reconhecimento ou não das receitas, afetar diretamente na qualidade dos lucros de uma entidade, seja pelo potencial de demonstrar com maior fidedignidade o referido evento econômico, seja pela possibilidade de maior gerenciamento de resultados. Ante esse cenário, o objetivo desta pesquisa consiste em verificar os efeitos da obrigatoriedade da nova norma (IFRS 15) sobre reconhecimento de receitas na qualidade dos lucros nas empresas brasileiras de capital aberto.

O processo de internacionalização das normas contábeis tem, em seus objetivos, a busca pela promoção da redução de assimetria informacional (Florou & Kosi, 2015), bem como o aumento da comparabilidade e transparência das informações reportadas (Tsunogaya, 2016). Assim, fruto desse processo de aperfeiçoamento das normas internacionais, o *International Accounting Standards Board* (IASB) passou a obrigar, a partir de 2018, a adoção da norma *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 15, a qual vem substituir um conjunto de normas fragmentadas acerca das receitas por um único guia aplicável a todos os setores (Huefner, 2016).

Na ótica de Johnson (2018, p. 5), o mencionado normativo é relevante, uma vez que as receitas representam “[...] uma das medidas mais importantes usadas pelos investidores na economia atual para avaliar o desempenho e as perspectivas de uma empresa”. Essa norma visa corrigir fragilidades existentes em várias normas anteriores, exigindo um maior detalhamento de informações (Trabelsi, 2018).

A referida norma estabelece um processo que visa determinar quando é possível o reconhecimento de receitas, bem como acerca de seu valor a ser mensurado (Cova, 2015). Assim, o princípio fundamental no reconhecimento de receitas por esse normativo consiste em uma melhor representação sobre a forma efetiva da transferência de bens e serviços a um valor que seja o melhor reflexo da realidade da empresa (Aquino et al., 2019).

São apontados benefícios por meio da adoção da IFRS 15, sendo eles: remoção das inconsistências de normas anteriores; estrutura mais robusta; melhora da comparabilidade entre os setores; redução da complexidade na aplicação; redução do volume de interpretações distintas; e fornecimento de informações mais úteis (Oyedokun, 2016). Por outro lado, o modelo único para

o reconhecimento e a mensuração de receitas exigirá maior julgamento por parte dos preparadores das demonstrações contábeis, o que pode permitir uso de diversas práticas, como o gerenciamento de resultados (GR a partir de agora) (Johnson, 2018; Rutledge et al., 2016).

Sendo assim, a norma permite que o profissional possa fazer escolhas e considerações, e esses julgamentos estão intimamente relacionados à qualidade da informação contábil. Segundo Rutledge et al. (2016, p. 45), “[...] o momento do reconhecimento da receita afeta diretamente o valor preditivo dos valores e ganhos da receita”, que se alinhado a uma norma contábil transparente pode vir a melhorar a qualidade da informação contábil; do contrário, gerar maiores oportunidades para o GR, diminuindo, portanto, a qualidade da informação contábil.

De forma geral, a qualidade da informação contábil pode ser entendida como a utilidade das demonstrações financeiras para usuários da informação (Ball & Shivakumar, 2005). Para Perotti e Wagenhofer (2014), a qualidade da informação consiste em uma característica importante que incorpora a ideia de que os relatórios financeiros devem ser úteis para diversos usuários na tomada de decisões sobre alocação recursos.

Se as informações relacionadas aos lucros forem persistentes e tiverem poder preditivo, elas serão consideradas como informações de alta qualidade. Porém, a qualidade desses lucros é frequentemente reduzida pela manipulação deliberada por parte dos gestores, por conta do sistema contábil permeado de julgamentos e estimativas (Rutledge et al., 2016). Johnson (2018) afirma que, a partir desse novo padrão contábil, as empresas possuem poder discricionário sobre suas receitas, podendo mudar o montante a ser reconhecido.

Até o momento, estudos que analisaram os efeitos da IFRS 15 na qualidade dos lucros foram realizados, como o de Tutino et al. (2019), em uma amostra de empresas italianas, e o estudo de Morawska (2021), em empresas polonesas. Ambos os estudos encontram evidências de que a norma permite um maior GR em ambas as amostras analisadas.

O presente estudo avança por utilizar uma amostra compreendendo empresas pertencentes a um mercado emergente (brasileiro), com um ambiente regulatório mais frágil se comparado ao ambiente europeu. Avança também por adotar modelos de qualidade distintos, não relacionados somente ao GR, mas sim sobre a qualidade dos lucros de modo mais abrangente, e também por segmentar a análise por diversos setores em conformidade com estudos anteriores. Por fim, utiliza-se uma amostra mais abrangente

e contemporânea, em comparação aos estudos anteriores. Assim, entende-se que esse estudo preenche diversas lacunas ainda existentes sobre os efeitos do novo padrão de receitas sobre a qualidade dos lucros em empresas de capital aberto.

As medidas de qualidade dos lucros utilizadas nesta pesquisa são: qualidade dos *accruals* e gerenciamento de resultados baseado em *accruals* discricionários. Neste estudo, optou-se por utilizar métricas baseadas em *accruals* para representar a qualidade dos lucros. Essa decisão justificase pelo fato das possíveis manipulações que a adoção da nova norma de receitas permite aos gestores, o que pode resultar em redução na qualidade das informações advindas diretamente das contas contábeis. Assim, medidas baseadas em *accruals* podem melhor refletir outras métricas não influenciadas diretamente pela discricionariedade da gestão. Vale ressaltar que o trabalho não visa abordar as fraquezas da norma, mas sim testar, de forma empírica, se a instituição desse novo padrão afeta medidas da qualidade dos lucros. As discussões sobre os resultados focam na expressão “qualidade dos lucros” para representar a qualidade dos *accruals* e gerenciamento de resultados.

O presente estudo é relevante à medida que busca compreender os efeitos da adoção de uma nova norma contábil que afeta toda uma cadeia de apuração de resultados que são as receitas. Segundo normatizadores, a nova norma de receitas remove inconsistências e fragilidades das anteriores, apresenta estrutura mais robusta, melhora a comparabilidade e fornece informações mais úteis aos usuários (International Accounting Standards Board, 2014), ou seja, espera-se que, com a adoção dessa norma, haja uma melhoria na qualidade das informações reportadas pelas entidades. Assim, ao levar em consideração que as receitas podem impactar a qualidade dos lucros mediante *accruals*, o estudo visa contribuir ao ajudar na compreensão do comportamento dos gestores sobre a implementação da IFRS 15, fornecendo *insights* sobre seu uso e consequências aos diversos agentes inseridos no mercado de capitais brasileiros, o qual difere dos estudos anteriormente analisados em razão de suas particularidades.

A motivação do estudo é baseada no alcance de melhor compreensão sobre o efeito da norma de receitas na qualidade dos lucros. A implementação dessa norma no ambiente brasileiro possui como intuito a melhoria na qualidade das informações, com mecanismos voltados a uma maior participação de diversos usuários, porém, ao atribuir maior poder de julgamento ao preparador e à possibilidade de influências da gestão, há um questionamento sobre o real impacto da norma na qualidade das informações e de

seus lucros. Assim, torna-se importante observar se a norma serve como ferramenta que contribui ou que ameniza os conflitos de agência observados dentro de uma entidade.

2 Revisão da literatura

2.1 Normatização e qualidade do lucro contábil

O desempenho financeiro representado pelos lucros é considerado como um insumo importante no processo de tomada de decisão (Latif et al., 2017). Portanto, para ser útil, o lucro contábil deve fornecer informações relevantes e fidedignas para a melhor tomada de decisão (Dechow et al., 2010).

Em busca de maior qualidade das informações, as normas internacionais visam atribuir ao preparador de relatórios a análise do evento econômico de forma a representá-lo com maior fidedignidade, com vistas a uma maior transparência e comparabilidade entre companhias (Edeigba & Amenkhanan, 2017). Assim, conforme Firth et al. (2017, p. 2), os “[...] formuladores de políticas contábeis e reguladores financeiros esperam que as normas IFRS [...] aumentem a transparência e a comparabilidade [...] e contribuam efetivamente para um funcionamento eficiente, bem como a integração global dos mercados de capitais”.

Se a aplicação das normas internacionais resultar na melhoria da informação contábil, esta contribuirá para uma maior eficiência do mercado de capitais. Desse modo, dentre os indicadores que resultarão em uma melhor métrica para análise, tem-se o lucro. Para Latif et al. (2017), o lucro representa uma variável importante no processo de tomada de decisão dos usuários, aferindo uma das formas da qualidade da informação no processo de normatização.

A qualidade dos lucros como um aspecto de confiabilidade dos relatórios financeiros é vista como uma característica importante, pois incorpora “[...] o princípio de que os relatórios financeiros devem ser úteis para investidores e outros provedores de capital nas suas decisões sobre alocação de recursos” (Perotti & Wagenhofer, 2014, p. 548).

Quando se discute a qualidade dos lucros contábeis, entende-se que a baixa qualidade dos relatórios contábeis está atrelada, dentre outros fatores, a manipulação de suas informações (Paulo, 2007). Para García Sánchez e García Meca (2017), a qualidade dos lucros se refere à sua estabilidade e persistência, de forma que permitem estimar com maior confiabilidade os fluxos de caixa futuros de uma companhia. Para Cameran et al. (2014) a qualidade

dos lucros diz respeito ao menor GR, reconhecimento tempestivo de perdas e maior *value relevance*.

Entende-se assim que não há apenas um atributo que representa a qualidade dos lucros contábeis, dado que ele não é diretamente observável e por conta disso, a literatura sobre o tema tem desenvolvido uma variedade de *proxies* que representam esse aspecto (Perotti & Wagenhofer, 2014).

Independentemente da *proxy* utilizada para aferição da qualidade da informação contábil, a fidedignidade no processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação das receitas organizacionais é relevante à medida que esta afeta todo um conjunto de informações, especialmente o resultado econômico.

2.2 O novo padrão de reconhecimento de receitas (IFRS 15)

O novo padrão para reconhecimento de receitas busca trazer uma análise mais minuciosa dos contratos realizados com clientes, sendo que os diversos usuários da informação contábil devem compreender os impactos que essa nova norma resultará nas operações de diversas entidades (Oliveira et al., 2020).

Conforme apontado por Dani et al. (2017), na norma antiga (IAS 18) a receita gerada por companhias do setor da construção civil não passava por um processo detalhado, sendo reconhecida apenas no momento da conclusão de uma obra ou conforme a evolução do serviço, sem fazer distinção individualizada entre bens e serviços constantes em um contrato. Uma das principais fragilidades da IAS 18 (ou CPC 30, no Brasil), consiste na incerteza sobre o reconhecimento da receita, ou seja, no ato da venda ou no momento da transferência de determinado bem objeto dessa receita (Silva & Pierri, 2020).

Já a norma IFRS 15 apresenta um modelo mais específico para o reconhecimento e mensuração de receitas em contratos com clientes (Cova, 2015). Segundo Bauer e Centorrino (2017, p. 242), a norma IFRS 15 possui como princípio básico “[...] reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços”. A implantação da IFRS 15 atribui ao preparador das demonstrações contábeis um maior julgamento acerca do reconhecimento de receitas. Para tanto, estabeleceu um processo de análise em cinco etapas que compreendem:

[...] identificar o(s) contrato(s) com um cliente;
identificar as obrigações de desempenho no

contrato; determinar o preço da transação; alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e reconhecer receita quando (ou conforme) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho (Bauer & Centorrino, 2017, p. 242).

Para Yeaton (2015), o principal objetivo desta norma consiste em fornecer princípios consistentes para o processo de reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas, por meio de um maior detalhamento e abrangência, o que traz como consequência um maior julgamento profissional acerca do reconhecimento e mensuração das receitas. O maior julgamento profissional se dá também pelo aumento de expressões que revelam maior de incerteza na aplicação da norma.

Segundo Huefner (2016), os gestores responsáveis pelas decisões de reconhecimento de receitas precisam dar mais atenção em como suas escolhas serão refletidas nas demonstrações financeiras da entidade, ao passo que Johnson (2018) afirma que esse reconhecimento deveria passar por um processo altamente regulado em virtude do poder discricionário que as empresas possuem sobre suas receitas.

Esse posicionamento de Johnson (2018) é ratificado por Rutledge et al. (2016) e Bauer e Centorrino (2017), os quais acreditam que o novo padrão de reconhecimento de receitas, ao exigir maior julgamento na avaliação das obrigações de desempenho das empresas, fornece maior espaço para uma possível influência gerencial na qualidade dos lucros.

À vista dessa maior discricionariedade advinda do aumento das expressões probabilísticas na norma, Huefner (2016) relata a existência de vários casos de fraude a partir do reconhecimento de receitas, em que as entidades reconheceram receitas de forma antecipada como forma de aumentar seus lucros. Assim, como há maior espaço para o julgamento da administração com a adoção do novo padrão para reconhecimento de receitas, particularmente na mensuração das obrigações de desempenho, a qualidade dos lucros pode ser prejudicada por conta do possível GR (Rutledge et al., 2016).

Apesar dos normatizadores defenderem que o novo padrão melhora a qualidade das informações, autores como Huefner (2016) e Rutledge et al. (2016) apontam que este pode afetar negativamente a qualidade dos lucros das entidades.

Niyama et al. (2015, p. 76) comentam que, mesmo que essas tenham sido elaboradas com o intuito de oferecer melhores informações aos usuários, “[...] a sua elaboração e apresentação por parte das empresas permite a adoção de procedimentos que reflitam o julgamento da administração e,

por vezes, pode recair em atendimento de interesses particulares do próprio administrador ou da entidade”.

Sendo assim, para Baldissera et al. (2019), a adoção da IFRS 15 permitirá maiores níveis de discricionariedade no reconhecimento de receitas, refletindo escolhas contábeis dos gestores, permitindo que seus julgamentos tenham como intuito atender seus próprios interesses particulares.

Desse modo, constata-se que o assunto ainda é controverso; contudo, partindo-se dos objetivos pelos quais a IFRS 15 foi proposta, elaboram-se as seguintes hipóteses de pesquisa:

H₁: A adoção da nova norma sobre o reconhecimento de receitas (IFRS 15) tem efeito positivo na qualidade dos lucros mediante melhoria da qualidade dos *accruals*.

H₂: A adoção da nova norma sobre o reconhecimento de receitas (IFRS 15) tem efeito positivo na qualidade dos lucros mediante diminuição do nível gerenciamento de resultados.

3 Procedimentos metodológicos

3.1 Definição da amostra e coleta de dados

Com o intuito de verificar se a obrigatoriedade ao novo padrão contábil sobre receitas afeta a qualidade do lucro contábil mediante a qualidade dos *accruals* e gerenciamento de resultados, foram selecionadas, como amostra inicial, empresas brasileiras abertas listadas na B3. A Tabela 1 apresenta a definição amostral do estudo:

A amostra compreende 305 empresas. Foram excluídas 403 empresas por ausência de informações essenciais aos modelos (ativo e receita) e as 26 empresas remanescentes foram excluídas por pertencerem ao setor financeiro em razão das particularidades que as tornam incomparáveis às demais.

Tabela 1
Critérios para a seleção da amostra

Total de empresas entre 2010 e 2021	734
(-) Empresas sem informações sobre ativo total	(340)
(-) Empresas sem informações sobre receita líquida	(63)
(-) Empresas pertencentes ao segmento financeiro	(26)
(=) Número final de empresas contidas na amostra	305

Fonte: Dados da pesquisa.

Ressalta-se que, em razão de particularidades dos modelos utilizados, relacionadas a defasagens, para a *proxy* obtida no modelo de Dechow e Dichev (2002) foram utilizados os períodos de 2011 a 2020, ao passo que, para o modelo de Pae (2005), foram utilizados os períodos de 2012 a 2021, ambos totalizando 3050 observações analisadas.

3.2 Modelo de qualidade dos *accruals* de Dechow e Dichev (2002)

O modelo de Dechow e Dichev (2002) concentra-se nos *accruals* gerados por meio do capital de giro, considerando que as realizações de fluxo de caixa relacionadas ao capital de giro geralmente ocorrem dentro de um ano. Assim, por meio dessa abordagem tem-se uma *proxy* que compreende a qualidade dos lucros das empresas que é baseada na observação de que os lucros de uma entidade equivalem aos fluxos de caixa mais *accruals*, sendo que o fluxo de caixa de um período pode ser categorizado em três grupos: CF_t^{t-1} = Pagamentos de Montantes Acumulados em t_{-1} (líquidos); CF_t^t = Fluxos de Caixa Correntes (líquidos); e CF_t^{t+1} = Fluxos de Caixa Diferidos para t_{+1} (líquidos).

Para a obtenção dos *accruals*, deve-se proceder ao cálculo da variação do capital de giro (ΔWC) do ano t_{-1} para t , o qual é realizado da seguinte forma (Equação 1):

$$\Delta WC = \Delta AR + \Delta EST - \Delta AP - \Delta TP - \Delta OT \quad (1)$$

em que: ΔWC = Mudança no capital de giro do ano t_{-1} para o ano t ; ΔAR = Mudança em contas a receber do ano t_{-1} para o ano t ; ΔEST = Mudança nos estoques do ano t_{-1} para o ano t ; ΔTP = Mudança nos impostos a pagar do ano t_{-1} para o ano t ; e ΔOT = Mudança em outros ativos líquidos de t_{-1} para t .

A mensuração dos *accruals* de Dechow e Dichev (2002) compreende a mudança no capital de giro, regredida com as três *proxies* de fluxos de caixa operacional, nos períodos t_{-1} (\hat{u}_{t-1}^{t-1}), t (CFO_t^t) e t_{+1} (CFO_t^{t+1}), conforme aponta a Equação 2:

$$\Delta WC_t = \alpha + \beta_1 CFO_{t-1} + \beta_2 CFO_t + \beta_3 CFO_{t+1} + \varepsilon_t \quad (2)$$

Os resíduos da regressão (ε_t) refletem os *accruals* que não estão relacionados às realizações de fluxo de caixa, sendo que o desvio padrão desses resíduos compreende uma medida de qualidade dos *accruals*, na qual um desvio padrão mais alto representa uma qualidade inferior (Dechow & Dichev, 2002). Sendo assim, entende-se, que quanto maior os resíduos obtidos na regressão, menor a qualidade dos lucros.

3.3 Modelo de gerenciamento de resultados de Pae (2005)

Como forma de contrapor (validar) os resultados da análise realizada por meio da variável de qualidade dos *accruals* (Dechow & Dichev, 2002), utilizaram-se os *accruals* discricionários como uma *proxy* de gerenciamento de resultados mensurado de acordo com Pae (2005). O modelo de Pae (2005) é bastante utilizado por estudos nacionais, a exemplo de Alcoforado et al. (2019), Paulo e Mota (2019) e Silva e Lucena (2020), que utilizaram o modelo em uma amostra contemporânea.

Optou-se pela utilização do modelo de Pae (2005) por este apresentar um avanço em relação aos demais modelos de gerenciamento de resultados baseado em Jones e Jones modificado. O principal diferencial desse modelo consiste, conforme Paulo (2007), na inclusão de variáveis relativas ao fluxo de caixa operacional e pela reversão natural dos *accruals* de períodos anteriores.

Para sua obtenção, inicialmente devem-se mensurar os *accruals* totais (Equação 3) e posteriormente encontrar as estimativas dos parâmetros α , β_1 , β_2 , γ_1 , γ_2 e γ_3 e os *accruals* discricionários (AD) conforme Equação 4:

$$TA_t = ((\Delta AC_t - \Delta Disp_t) - (\Delta PC_t - \Delta Div_t) - Dep_t) / At_{t-1} \quad (3)$$

$$TA_t = \alpha \left(\frac{1}{At_{t-1}} \right) + \beta_1 (\Delta R_t) + \beta_2 (PPE_t) + \gamma_1 (FCO_t) + \gamma_2 (FCO_{t-1}) + \gamma_3 (TA_{t-1}) + \varepsilon_t \quad (4)$$

em que: TA_t = *Accruals* totais no período t , ponderados pelos ativos totais no final do período t ; ΔAC_t = Variação nos ativos circulantes no período t ; ΔPC_t = Variação nos passivos circulantes período t ; $\Delta Disp_t$ = Variação de caixa e equivalente de caixa no período t ; ΔDiv_t = Variação da dívida (empréstimos e financiamentos) do passivo circulante no período t ; Dep_t = Despesa de depreciação e amortização no período t ; ΔR_t = Variação das receitas líquidas do período t , para o período t , ponderada pelos ativos totais no final do período t ; PPE_t = Saldos das contas de ativo imobilizado no final do período t , ponderados pelos ativos totais no final do período t ; FCO_t = Fluxo de caixa operacional no final do período t ; FCO_{t-1} = Fluxo de caixa operacional no final do período $t-1$; TA_{t-1} = *Accruals* totais no período t ; At_{t-1} = Ativos totais no final do período t ; e ε_t = erro da regressão (resíduos) que representa a parte discricionária dos *accruals*.

3.4 Definição do modelo econométrico

Com vistas a compreender se a adoção da norma IFRS 15 melhorou ou não a qualidade dos lucros (por

meio da qualidade dos *accruals* e gerenciamento de resultados), foram estimados modelos econométricos por meio de regressão quantílica. Segundo Koenker e Bassett (1978) e Montresor e Vezzani (2015), por se tratar de uma técnica semiparamétrica, esse método é especialmente útil em virtude de ser menos sensível à presença de *outliers* e a ocorrência dados não normais, bem como na presença de heterogeneidade dos dados.

Conforme apontado por Duarte et al. (2017), por meio do uso da regressão quantílica, são corrigidos tanto os problemas relacionados à presença de *outliers* quanto o problema da falta de normalidade na distribuição dos erros, bem como pode reduzir problemas oriundos da heterocedasticidade, ambos observados nos resultados prévios desta pesquisa. Também, o uso da regressão quantílica permite a análise de resultados mais detalhados, os quais não podem ser capturados por meio da estimação OLS (Duarte et al., 2017).

Portanto, na presente pesquisa o referido método de estimação é especialmente útil não somente em virtude da presença das características anteriormente mencionadas, mas também por permitir analisar a tendência e as variações ao longo do tempo (antes e após IFRS 15) do aumento ou da diminuição da qualidade da informação contábil entre empresas e setores, considerando as características ora mencionadas de forma conjunta.

O período analisado compreende informações anuais entre os anos de 2011 a 2021, sendo que os anos entre 2011 e 2017 compreendem o período pré-obrigatoriedade da nova norma de receitas e os anos de 2018 a 2021 representam o período pós-obrigatoriedade.

Nesse sentido, o estudo buscou compreender tais variações nos setores apontados como os mais afetados pela inclusão do novo padrão contábil para o reconhecimento de receitas, segundo pesquisas realizadas pela KPMG Auditores Independentes (2016) e Pricewaterhouse Coopers Brasil Ltda (2017), bem como por Huefner (2016), Gordon et al. (2017) e Johnson (2018). Segundo os estudos mencionados, os setores citados na Tabela 2 apresentam maior sensibilidade no reconhecimento de receitas de acordo com a etapa analisada, ou seja: Etapa 1 – Identificação do contrato com um cliente; Etapa 2 – Identificação das obrigações de desempenho no contrato; Etapa 3 – Determinação do preço da transação; Etapa 4 – Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato; e Etapa 5 – Reconhecimento da receita quando (ou conforme) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho (International Accounting Standards Board, 2014).

Foram utilizados dois modelos que analisam o impacto do novo padrão contábil sobre a qualidade dos lucros das entidades. A variável dependente Qualidade dos *Accruals* (QA) (Dechow & Dichev, 2002) foi testada a partir destes dois modelos, conforme segue:

$$|QA|_{it} = \alpha + \beta_1 IFRS15_{it} + \beta_2 TAM_{it} + \beta_3 ROA_{it} + \beta_4 END_{it} + \beta_5 FCO_{it} + \beta_6 GC_{it} + \beta_7 REC_{it} + \varepsilon_{it} \quad (6)$$

$$|QA|_{it} = \alpha + \beta_1 IFRS15_{it} + \beta_2 CCIM_{it} + \beta_3 PIFAB_{it} + \beta_4 LIC_{it} + \beta_5 TEC_{it} + \beta_6 TELEC_{it} + \beta_7 IFRS15 * CCIM_{it} + \beta_8 IFRS15 * PIFAB_{it} + \beta_9 IFRS15 * LIC_{it} + \beta_{10} IFRS15 * TEC_{it} + \beta_{11} IFRS15 * TELEC_{it} + \beta_{12} TAM_{it} + \beta_{13} ROA_{it} + \beta_{14} END_{it} + \beta_{15} FCO_{it} + \beta_{16} GC_{it} + \beta_{17} REC_{it} + \varepsilon_{it} \quad (7)$$

em que: $|QA|_{it}$ = Módulo dos *accruals* totais da empresa i no período t , pelo modelo de Dechow e Dichev (2002); $IFRS15_{it}$ = É uma *dummy* que assume valor 1 para os períodos após a adoção da nova norma contábil e 0 caso contrário; TAM_{it} , ROA_{it} , END_{it} , FCO_{it} , GC_{it} e REC_{it} = Representam as variáveis de controle representadas pelo tamanho, retorno dos ativos, endividamento, fluxo de caixa operacional, governança corporativa e períodos de recessão, da empresa i no período t ; $CCIM_{it}$, $PIFAB_{it}$, LIC_{it} , TEC_{it} , e $TELEC_{it}$ = Representam as variáveis *dummy* dos seguintes setores: Construção Civil e

Incorporação Imobiliária (CCIM), Produtos Industrializados e Fabricação (PIFAB), Licenciadores – Saúde (LIC), Tecnologia (TEC) e Telecomunicações (TELEC). A variável *dummy* assume 1 para empresas do respectivo setor e 0, caso contrário. Por fim, $IFRS15 * CCIM_{it}$, $IFRS15 * PIFAB_{it}$, $IFRS15 * LIC_{it}$, $IFRS15 * TEC_{it}$, e $IFRS15 * TELEC_{it}$ representam variáveis *dummy* que assumem 1 para empresas do respectivo setor para períodos após a adoção da IFRS 15 e 0, caso contrário; e ε_{it} = resíduos da regressão da empresa i no período t .

O primeiro modelo (Equação 6) busca analisar se há maior qualidade do lucro a partir da adoção ao padrão IFRS 15. Para tanto, foi definida uma variável *dummy* na qual recebe o valor 0 para períodos antes da adoção da norma de receitas e recebe o valor 1 para os períodos após a adoção da norma.

O segundo modelo (Equação 7) inclui variáveis por setor, individualizadas e interativas, com o intuito de identificar quais são os setores mais influenciados pela adoção da nova norma. As variáveis de interesse foram obtidas pela interação (multiplicativa) da *dummy* de cada setor específico (vide Tabela 3) pela *dummy* IFRS15, a qual captura o efeito do período pós adoção da nova norma. Sendo assim, cada variável *dummy* setorial só recebe 1 para

Tabela 2
Setores mais impactados pela IFRS 15

Setores	Etapas				
	1	2	3	4	5
Administradores de fundos			X		
Construção civil e incorporação imobiliária	X	X	X		X
Fabricantes sob encomenda					X
Licenciadores (saúde, farmacêutica e franqueadores)	X	X			X
Software e Tecnologia		X		X	X
Telecomunicações		X		X	

Fonte: KPMG Auditores Independentes (2016), Pricewaterhouse Coopers Brasil Ltda (2017), Huefner (2016), Gordon et al. (2017) e Johnson (2018).

Tabela 3
Resultados das estatísticas descritivas das variáveis dependentes e de controle

Variável	MED	MDN	DP	CV
QA	0,0590	0,0388	0,0552	0,9353
GR	0,0629	0,0432	0,0569	0,9056
TAM	6,4735	6,5493	0,8125	0,1255
ROA	0,0186	0,0289	0,0681	3,6551
END	0,7365	0,6468	0,2762	0,3750
FCO	4,9195	5,4477	1,6704	0,3395

|QA| = Módulo da Qualidade dos *Accruals* de Dechow e Dichev (2002); |GR| = Módulo do Gerenciamento de Resultados de Pae (2005); TAM = Tamanho; ROA = Retorno dos Ativos; END = Endividamento; FCO = Fluxo de Caixa Operacional; MED = Média; MDN = Mediana; DP = Desvio padrão; CV = Coeficiente de variação. Fonte: Resultados da pesquisa.

seu respectivo setor nos períodos iniciados após 2018, ou seja, para os períodos nos quais a adoção da nova norma de receitas passou a ser obrigatória.

A segunda análise relativa à qualidade dos lucros também utiliza uma variável *dummy* para capturar os efeitos da IFRS15, bem como as variáveis setoriais. A qualidade dos lucros, porém, foi representada por meio dos *accruals* discricionários, os quais representam o nível de GR de uma entidade. Os *accruals* discricionários foram obtidos por meio do modelo de GR de Pae (2005) que representam a variável dependente do modelo representado nas Equações 8 e 9:

$$|GR|_{it} = \alpha + \beta_1 IFRS15_{it} + \beta_2 TAM_{it} + \beta_3 ROA_{it} + \beta_4 END_{it} + \beta_5 CFO_{it} + \beta_6 GC_{it} + \beta_7 REC_{it} + \varepsilon_{it} \quad (8)$$

$$|GR|_{it} = \alpha + \beta_1 IFRS15_{it} + \beta_2 CCIM_{it} + \beta_3 PIFAB_{it} + \beta_4 LIC_{it} + \beta_5 TEC_{it} + \beta_6 TELEC_{it} + \beta_7 IFRS15 * CCIM_{it} + \beta_8 IFRS15 * PIFAB_{it} + \beta_9 IFRS15 * LIC_{it} + \beta_{10} IFRS15 * TEC_{it} + \beta_{11} IFRS15 * TELEC_{it} + \beta_{12} TAM_{it} + \beta_{13} ROA_{it} + \beta_{14} END_{it} + \beta_{15} CFO_{it} + \beta_{16} GC_{it} + \beta_{17} REC_{it} + \varepsilon_{it} \quad (9)$$

em que: $|GR|_{it}$ = Módulo dos *accruals* discricionários da empresa *i* no período *t*, obtidos pelo modelo de Pae (2005).

Ressalta-se que as variáveis QA e GR foram utilizadas em módulo em razão de sua interpretação ser direcionada a, quanto maior, pior. Os resíduos obtidos nas Equações 2 e 4 possuem variações negativas e positivas e, ao utilizarem módulo, passam a apresentar somente variações positivas. Assim, com o uso do módulo, pretende-se capturar somente o distanciamento do resíduo de 0, independente da direção, o que representa que, quanto mais distante de 0 for o resíduo, menor a QA e maior o GR. A aplicação das variáveis dependentes em módulo alinha-se ao objetivo da pesquisa e tem como intuito analisar o reflexo da norma na qualidade dos lucros, independente de essa aplicação aumentar ou reduzir resultados.

Por fim, foram incluídas variáveis de controle (TAM = log dos ativos totais), retorno dos ativos (ROA = lucro líquido/total de ativos), endividamento (END = (passivo circulante + passivo não circulante)/ativos totais), fluxo de caixa operacional (FCO), governança corporativa (GC) e recessão econômica (REC), pois, apesar de não serem objeto de estudo, as variáveis dependentes podem ser por elas influenciadas (Ball & Shivakumar, 2005; Cameran et al., 2014; Frankel et al., 2002; Paulo & Mota, 2019).

Vale ressaltar que, nos modelos representados nas Equações 6 e 8, a variável *dummy* IFRS15 pode estar capturando outros efeitos ocorridos entre 2017 e 2018, dentre fatores econômicos e mudanças de outras normas,

como a IFRS 9 e, posteriormente, a IFRS 16. Assim, essa análise apresenta-se de forma mais conservadora em razão dessa limitação da variável. Porém, essa limitação tende a ser amenizada pela análise realizada nos setores apontados como mais afetados pela norma, conforme as Equações 7 e 9.

4 Apresentação e análise dos resultados

4.1 Estatísticas descritivas dos dados

Para uma melhor compreensão do conjunto de dados, as Tabelas 3, 4 e 5 apresentam as estatísticas descritivas das variáveis do estudo.

Inicialmente, observa-se que as variáveis QA e GR possuem dispersões semelhantes (DP e CV). Em relação às

Tabela 4
Resultados das variáveis *dummy* por nº de observações e empresas

Variável	Dummy (0)	Dummy (1)	Total
IFRS15	1830	1220	3050
	-305	-305	-305
CCIM	2840	210	3050
	-284	-21	-305
PIFAB	1860	1190	3050
	-186	-119	-305
LIC	2960	90	3050
	-296	-9	-305
TEC	3010	40	3050
	-301	-4	-305
TELEC	3020	30	3050
	-302	-3	-305
IFRS15*CCIM	2966	84	3050
	-284	-21	-305
IFRS15*PIFAB	2573	477	3050
	-186	-119	-305
IFRS15*LIC	3014	36	3050
	-296	-9	-305
IFRS15*TEC	3034	16	3050
	-301	-4	-305
IFRS15*TELEC	3038	12	3050
	-302	-3	-305
GC	1620	1430	3050
	-162	-143	-305
REC	2135	915	3050
	-305	-305	-305

Nota. Os valores em negrito e constantes fora dos parênteses referem-se à quantidade de observações, e os valores dentro dos parênteses referem-se à quantidade de empresas, pertencentes a cada tipo de *dummy*, se 0 ou 1. Fonte: Resultados da pesquisa.

Tabela 5
Resultados das medianas e desvio padrão das variáveis dependentes

Quantil	PRÉ-IFRS 15				PÓS-IFRS 15			
	QA	DP	GR	DP	QA	DP	GR	DP
25	0,0161		0,0176		0,0169		0,0194	
50	0,0385	0,0555	0,0404	0,0549	0,0395	0,0543	0,0460	0,0595
75	0,0845		0,0823		0,0851		0,1009	

|QA| = Módulo da Qualidade dos *Accruals* de Dechow e Dichev (2002); |GR| = Módulo do Gerenciamento de Resultados de Pae (2005); DP = Desvio Padrão. Fonte: Resultados da pesquisa.

demais variáveis, exceto o ROA, a dispersão observada pelo coeficiente de variação das variáveis dependentes é maior.

Observa-se que as variáveis dependentes e de controle possuem uma dispersão relativamente alta, com ênfase na variável ROA, a qual possui coeficiente de variação alto se comparado com as demais variáveis. Esses resultados demonstram a heterogeneidade da amostra e fornecem suporte para o uso da regressão quantílica, tendo em vista a alta dispersão dos dados.

Por seguinte, com vistas a analisar o comportamento das variáveis *dummy*, a tabela seguinte fornece informações para as variáveis independentes referentes ao novo padrão para reconhecimento de receitas, tanto para a variável global quanto para as variáveis específicas por setor.

Conforme resultados das variáveis *dummy*, observam-se setores com um quantitativo de observações e empresas superiores a outros. Ressalta-se que, para a variável IFRS15, o mesmo quantitativo de empresas repete-se para o período pré e pós, pois as empresas repetem-se em todo o período da amostra, e as mesmas empresas constantes de 2011 a 2017 repetem-se de 2018 a 2021, com apenas o número de observações se alterando. Para a variável REC ocorre o mesmo, tendo em vista que é uma *dummy* temporal, mas com o mesmo quantitativo de empresas. Já para as variáveis setoriais, esse quantitativo se altera pois refere-se a empresas pertencentes ou não a cada setor.

Observa-se que o setor com maior número de observações é o PIFAB, seguido pelo de CCIM. E os setores com menores observações são os de LIC, TEC e TELEC. Vale ressaltar que o grande quantitativo de observações para a *dummy* 0 em prol da 1 se dá em razão (a) de o número de anos anteriores à obrigatoriedade da IFRS 15 ser superior; e (b) da existência de particularidades do cenário brasileiro, o qual possui poucas empresas de segmentos específicos, como os elencados neste estudo.

Por fim, ao se proceder análises por quantis, torna-se necessário observar o comportamento das interações entre as variáveis para grupos menores de amostras, com

características semelhantes em relação a seus quantis. A tabela a seguir apresenta tais análises:

Ressalta-se que tanto a variável QA quanto a variável GR denotam baixa qualidade dos lucros, ou seja, quanto maior o valor obtido por cada uma dessas variáveis, pior tende a ser a qualidade do lucro.

Nota-se que há um discreto aumento na QA em todos os quantis evidenciados, do período pré-adoção para pós-adoção ao IFRS 15, o que denota uma redução da qualidade dos lucros especialmente nos quantis superiores e essa redução acentua-se no período pós-IFRS 15. Já desvio padrão dessa variável ficou estável entre o período pré e pós IFRS 15.

Ao realizar-se um teste de diferença de médias para a variável QA, entre o período pré e pós IFRS 15, obteve-se um p-valor = 0,8964 (ou seja, p-valor > 0,05), o que denota a não rejeição da hipótese nula de que a diferença de médias é igual a zero. Sendo assim, para a QA não há mudança significativa do período pré para o pós IFRS 15.

Os resultados referentes ao GR fornecem evidências de pequeno aumento nos níveis dessa variável, ou seja, corroboram os resultados da primeira análise, dada a redução da qualidade dos lucros por meio do aumento nos níveis de GR. Ainda, em relação ao desvio padrão, constata-se um discreto aumento na dispersão do período pré para o período pós IFRS 15, o que denota um aumento no risco.

Adicionalmente, ao proceder ao teste de diferença de médias para a variável GR, entre o período pré e pós IFRS 15, obteve-se um p-valor = 0,0001 (ou seja, p-valor < 0,05), o que denota a rejeição da hipótese nula de que a diferença de médias é igual a zero. Sendo assim, observa-se que há diferença significativa das médias de GR entre os períodos analisados, o que denota uma evidência da influência da referida norma na qualidade dos lucros.

Para melhor compreensão dos dados ora analisados, na seção seguinte apresenta-se a análise das estimativas dos modelos por meio de regressões quantílicas, para assim testar as hipóteses da pesquisa.

4.2 Testes dos modelos de regressão quantílica

Os resultados estão dispostos em três quantis (0,25; 0,50 e 0,75), tanto para o Modelo 1 (QA) como para o Modelo 2 (GR).

Para todas as regressões, foram realizados testes de Wald, que identificam se os coeficientes estimados diferem

entre os modelos estimados para os três quantis. A hipótese nula aponta que o impacto das variáveis analisadas é o mesmo para todos os quantis, ou seja, a estimativa por meio de um único modelo é adequada. Os resultados apontam para as 12 regressões estimadas que a hipótese nula foi rejeitada (p -valor $<0,05$), ou seja, a estimativa por meio dos quantis ora evidenciados são robustos. A Tabela 6 fornece resultados referentes a variável dependente QA.

Tabela 6
Resultados das regressões quantílicas – Modelo 1

Variáveis/Quantis	Variável Dependente: QA – Dechow e Dichev (2002)					
	0,25	0,5	0,75	0,25	0,5	0,75
Constante	0,009126 (0,1245)	0,040724 (0,0001)***	0,102411 (0,0000)***	0,006851 (0,2543)	0,025726 (0,0189)**	0,094725 (0,0000)***
IFRS15	0,000387 (0,7600)	0,000653 (0,7534)	-0,002786 (0,4382)	0,001720 (0,2923)	0,000907 (0,7181)	-0,008005 (0,1241)
CCIM				0,014769 (0,0019)***	0,027738 (0,0000)***	0,027473 (0,0088)***
PIFAB				0,004843 (0,0013)***	0,007734 (0,0025)**	0,001067 (0,8294)
LIC				0,004875 (0,1301)	6,72E-05 (0,9887)	-0,006130 (0,5371)
TEC				0,010350 (0,0318)**	0,021402 (0,1057)	0,046210 (0,2493)
TELEC				-0,003521 (0,3309)	-0,009991 (0,0570)*	-0,020135 (0,0073)***
IFRS15*CCIM				0,007493 (0,6762)	0,019372 (0,1291)	0,014480 (0,3392)
IFRS15*PIFAB				-0,002526 (0,3619)	-0,003863 (0,3930)	0,003005 (0,6915)
IFRS15*LIC				-0,004700 (0,4156)	-0,003287 (0,6582)	-0,012003 (0,3480)
IFRS15*TEC				0,010397 (0,3982)	0,089486 (0,0001)***	0,065649 (0,1087)
IFRS15*TELEC				0,001378 (0,8518)	0,009397 (0,3574)	0,007978 (0,4131)
TAM	-0,000219 (0,8427)	-0,003829 (0,0616)*	-0,009743 (0,0037)***	-0,000439 (0,7077)	-0,003267 (0,1055)	-0,010754 (0,0034)***
ROA	0,005524 (0,7075)	0,028785 (0,1928)	0,055527 (0,0678)*	0,001720 (0,9070)	0,029880 (0,1805)	0,049042 (0,0907)*
END	0,021249 (0,0000)***	0,051120 (0,0000)***	0,097320 (0,0000)***	0,021527 (0,0000)***	0,053798 (0,0000)***	0,100723 (0,0000)
FCO	-0,001226 (0,0878)*	-0,002848 (0,0352)**	-0,005905 (0,0010)***	-0,000846 (0,2641)	-0,001438 (0,2234)	-0,003495 (0,0895)*
GC	0,001924 (0,1333)	0,005430 (0,0072)***	0,009466 (0,0206)**	0,000199 (0,8848)	0,001481 (0,4752)	0,004502 (0,2872)
REC	-0,001359 (0,3090)	0,000229 (0,9185)	-0,002846 (0,4441)	-0,001670 (0,2182)	-0,000113 (0,9575)	-0,001424 (0,7044)
Nº Obs.	3050	3050	3050	3050	3050	3050
Wald-Test	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Teste LR	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
VIF	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792
Pseudo R ²	0,0169	0,0382	0,1006	0,0248	0,0553	0,1162

Nota. Esta tabela reporta os resultados referentes a dois modelos, um com teste apenas para o efeito da adoção da IFRS 15 e outro para os setores mais influenciados pela norma, para três quantis, o que resulta em seis modelos distintos. CCIM = Construção Civil e Incorporação Imobiliária; PIFAB = Produtos Industrializados e Fabricação; LIC = Saúde; TEC = Tecnologia; TELEC = Telecomunicações. As variáveis setoriais de interesse são as que possuem a interação com a IFRS15 de forma multiplicativa (IFRS15*). Os valores fora dos parênteses representam os coeficientes da regressão, os valores dentro dos parênteses representam o p-valor e ***, ** e * correspondem à significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Fonte: Resultados da Pesquisa.

Constata-se que os resultados reportados na Tabela 6 são equivalentes em todos os quantis (em significância e sentido), com exceção de algumas variáveis que apresentam significância somente em alguns quantis. De todas as variáveis significativas, nenhuma apresenta inversão de sinal, algo que denota que as variáveis se comportam de maneira linear entre os quantis analisados.

Os resultados apontam a não existência de evidência de que a variável IFRS15 esteja associada à baixa qualidade dos *accruals* das empresas, não suportando inicialmente a H_1 da pesquisa. Porém, ao realizar a análise setorial, constatam-se as seguintes evidências: os setores da construção civil (CCIM), produtos industrializados (PIFAB) e tecnologia (TEC) apresentaram relação positiva com a baixa qualidade dos lucros, estaticamente significativa em ao menos um dos quantis. Esse resultado representa que esses setores já apresentavam uma menor qualidade de seus lucros, mediante seus *accruals*, independente da adoção da IFRS 15; já o setor de telecomunicações (TELEC) apresentou relação negativa e significativa com a baixa qualidade dos lucros em dois quantis (0,50 e 0,75), o que denota que esse setor específico já apresentava uma melhor qualidade de seus lucros. Por fim, para o setor de licenciadores (LIC), não há evidência de que houve mudança na qualidade dos *accruals* haja vista a não significância estatística em nenhum dos quantis.

Ao analisar-se a interação das variáveis setoriais com a mudança da norma, porém, observa-se que, no período após a adoção da IFRS 15, os setores CCIM, PIFAB e TELEC perderam significância, o que denota os possíveis efeitos da referida norma na qualidade dos *accruals* desses setores apontados como os mais afetados pela mudança de padrão contábil. Somente o setor de tecnologia (TEC) apresentou um aumento de significância em um dos quantis (0,50), o que denota que a norma não afetou positivamente a qualidade dos lucros desse segmento em específico, o qual apresentou relação positiva e significativa a 1% com a baixa qualidade dos *accruals* após a adoção da IFRS 15.

As variáveis de controle mantêm-se consistentes ao longo dos quantis, com seus sinais, e por maioria, significância, pois algumas variáveis apresentam significância somente em um ou dois quantis. Nota-se também que, em relação ao R^2 dos modelos, o poder de explicação é substancialmente melhor no terceiro quantil (0,75), pois nas duas análises o valor do R^2 nesse quantil foi substancialmente superior aos demais, denotando que as

variações são mais bem explicadas à medida que há uma menor qualidade do lucro.

A seguir, os achados evidenciados na Tabela 7 visam fornecer resultados para uma outra *proxy* de qualidade dos lucros, dessa vez por meio dos *accruals* discricionários, os quais representam o nível de GR das companhias.

Na primeira regressão, observa-se que a variável de interesse da pesquisa (IFRS15), a qual representa os períodos pós-adoção da norma de receitas, denota relação positiva e significativa com a variável de *accruals* discricionários nos quartis analisados, com exceção do primeiro quantil (0,25). Esse resultado representa evidências preliminares de que as companhias, de modo geral, passaram a apresentar maior GR nos períodos após adoção da IFRS 15, rejeitando de início a H_2 da pesquisa. Ressalta-se que esse achado é geral, levando em consideração a limitação da variável que pode estar capturando outros efeitos além da norma.

Adicionalmente, ao se proceder às análises dos setores apontados como os mais afetados pela nova norma, tem-se também a presença de significância estatística para quase todos os setores, tanto positiva quanto negativamente, ao menos em um dos quantis, rejeitando também de início a H_2 da pesquisa.

Assim como nos resultados anteriores (Tabela 6), os setores de construção civil e incorporação imobiliária (CCIM) e tecnologia (TEC) apresentaram relação positiva e significativa com GR, ou seja, apresentam um maior nível de GR, independente da adoção da nova norma. Já o setor de licenciadores (LIC) e de telecomunicações (TELEC) passaram a apresentar relação negativa com o GR, o que denota que esses segmentos utilizam da discricionariedade de contas contábeis com o intuito de gerenciar resultados. Por fim, o setor de produtos industrializados (PIFAB) não apresentou relação significativa nesta análise.

Porém, ao analisar-se especificamente o efeito da norma sobre esses segmentos, observa-se que os setores CCIM, LIC, TEC e TELEC perderam significância após a adoção da norma IFRS 15, o que denota que esse padrão contábil pode ter amenizado a possibilidade de gerenciamento de resultados, influenciando assim positivamente na qualidade dos lucros destes setores. Porém, no setor de produtos industrializados, a norma afetou negativamente, pois este passou a apresentar relação positiva e significativa a 5% em um dos quantis (0,25), o que fornece evidências preliminares, para quantis de menor GR, que a norma influenciou negativamente na qualidade dos lucros desse setor em específico.

Tabela 7
Resultados das regressões quantílicas – Modelo 2

Variáveis/ Quantis	Variável dependente: <i>Accruals</i> discricionários (GR) – Pae (2005)					
	0,25	0,5	0,75	0,25	0,5	0,75
Constante	0,029940 (0,0001)***	0,080173 (0,0000)***	0,150844 (0,0000)***	0,025138 (0,0019)***	0,077251 (0,0000)***	0,158724 (0,0000)***
IFRS15	0,001971 (0,1560)	0,008203 (0,0001)***	0,013031 (0,0006)***	-0,000566 (0,7321)	0,003748 (0,1922)	0,014057 (0,0116)**
CCIM				0,009444 (0,0426)**	0,027239 (0,0219)**	0,049448 (0,0117)**
PIFAB				0,001991 (0,2674)	0,000298 (0,9153)	-0,000845 (0,8592)
LIC				0,010323 (0,0544)*	0,010567 (0,0665)*	0,002487 (0,8244)
TEC				0,020403 (0,0173)**	0,027685 (0,0023)***	0,015532 (0,2139)
TELEC				0,043291 (0,0001)***	0,051699 (0,0000)***	0,040632 (0,0000)***
IFRS15*CCIM				0,013146 (0,1223)	-0,000846 (0,9502)	-0,039994 (0,0881)*
IFRS15*PIFAB				0,006571 (0,0282)**	0,007036 (0,1064)	0,003541 (0,6700)
IFRS15*LIC				-0,008349 (0,3147)	-0,004158 (0,7522)	-0,005772 (0,7062)
IFRS15*TEC				-0,007936 (0,5006)	-0,006281 (0,8314)	-0,011630 (0,5473)
IFRS15*TELEC				-0,009933 (0,5711)	-0,016683 (0,1987)	-0,013277 (0,3503)
TAM	-0,003798 (0,0057)	-0,008601 (0,0011)***	-0,012629 (0,0000)***	-0,003026 (0,0397)**	-0,009696 (0,0001)***	-0,015250 (0,0000)***
ROA	0,008867 (0,5898)	0,007932 (0,7695)	0,033772 (0,3783)	0,006700 (0,6828)	-0,004810 (0,8530)	0,021447 (0,5828)
END	0,017699 (0,0000)***	0,042686 (0,0000)***	0,069135 (0,0000)***	0,015447 (0,0002)***	0,041936 (0,0000)***	0,068215 (0,0000)***
FCO	-0,000272 (0,7365)	-0,003352 (0,0643)*	-0,007813 (0,0009)***	-8,26E-05 (0,9236)	-0,001491 (0,3976)	-0,006648 (0,0034)***
GC	0,003975 (0,0075)***	0,008184 (0,0002)***	0,011508 (0,0040)***	0,001265 (0,4184)	0,007050 (0,0033)***	0,011652 (0,0079)***
REC	-0,002363 (0,1104)	-0,001273 (0,5858)	-0,007426 (0,0429)**	-0,002468 (0,0943)*	-0,001383 (0,5529)	-0,005818 (0,1119)
Nº Obs.	3050	3050	3050	3050	3050	3050
Wald-Test	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Teste LR	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
VIF	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792	1,021 - 2,792
Pseudo R ²	0,0121	0,0419	0,0935	0,0233	0,0538	0,1050

Nota. Esta tabela reporta os resultados referentes a dois modelos, um com teste apenas para o efeito da adoção da IFRS 15 e outro para os setores mais influenciados pela norma, para três quantis, o que resulta em seis modelos distintos. CCIM = Construção Civil e Incorporação Imobiliária; PIFAB = Produtos Industrializados e Fabricação; LIC = Saúde; TEC = Tecnologia; TELEC = Telecomunicações. As variáveis setoriais de interesse são as que possuem a interação com a IFRS15 de forma multiplicativa (IFRS15*). Os valores fora dos parênteses representam os coeficientes da regressão, os valores dentro dos parênteses representam o p-valor e ***, ** e * correspondem à significância estatística nos níveis de 1%, 5% e 10% respectivamente. Fonte: Resultados da Pesquisa.

A análise das variáveis de controle é semelhante aos resultados da Tabela 6, ou seja, o tamanho (TAM) e o fluxo de caixa operacional (FCO) são negativamente relacionados com o GR e o endividamento (END) e a governança corporativa (GC) e são positivamente relacionadas com o GR. Adicionalmente, o período de recessão (REC) apresentou relação negativa com o GR das companhias.

Assim, há evidências de que a adoção da norma IFRS 15 possibilitou uma redução na qualidade dos lucros, por meio da redução da QA no setor de tecnologia (TEC) e maior GR no setor de produtos industrializados (PIFAB). Esse tipo de comportamento, segundo Watts e Zimmerman (1986) e Subramanyam (1996), pode ser reflexo de uma ação oportunista por meio do uso da discricionariedade da norma contábil.

4.3 Discussão dos resultados

Os resultados corroboram o que Huefner (2016) aponta, que dentre os setores mais afetados pela adoção da nova norma sobre o reconhecimento de receita há os setores de produtos industriais e tecnologia que fornecem bens e serviços agregados, com preços padronizados.

Em relação ao setor de empresas fabricantes de produtos industrializados (PIFAB), segundo Oncioiu e Tănase (2016, p. 39), a contabilização das receitas dessas empresas pode ser impactada por conta de particularidades de alocação do preço da transação às obrigações de desempenho, contraprestação variável, incertezas na mensuração de receitas e garantias. A questão relativa ao momento em que o controle de um item é transferido conforme o novo modelo para o reconhecimento de receitas é sensível (Pricewaterhouse Coopers Brasil Ltda, 2017, p. 16) e, portanto, sujeita a um maior GR, o que ficou evidenciado no Modelo 2, especialmente para as empresas situadas no quantil 0,25.

Quanto ao setor de tecnologia, segundo Pricewaterhouse Coopers Brasil Ltda (2017, p. 17) ele oferece “[...] com frequência, vários produtos ou serviços para seus clientes como parte de um acordo único [...]”, o que torna complexo o momento da aplicação das cinco etapas. Além disso, por celebrarem acordos de licenciamento complexos, ao determinar se a licença estabelecida é uma obrigação a cumprir, um julgamento relevante deverá ser realizado pelos profissionais nessas empresas de tecnologia (Pricewaterhouse Coopers Brasil Ltda, 2017). Em suma, constata-se elevada discricionariedade na aplicação da

IFRS 15, cujo resultado, segundo os dados desta pesquisa, resultaram em informações de menor qualidade (QA) em um dos quantis (0,50).

Em nenhuma das análises setoriais após implementação da norma observaram-se relações negativas de setores com as medidas de qualidade dos lucros. Observou-se apenas que alguns setores perderam significância, mas esse achado não denota que o setor passou a apresentar melhor qualidade de seus lucros, mas evidencia possíveis efeitos da norma na qualidade dos lucros.

De forma geral, os resultados apresentados rejeitaram as hipóteses da pesquisa, dado que, após a obrigatoriedade da norma IFRS 15, algumas empresas do setor de tecnologia apresentaram menor nível de qualidade dos *accruals* e, do setor de produtos industrializados, um maior nível de gerenciamento. Portanto, os resultados obtidos apontam que a adoção da norma IFRS 15, em vez de incentivar o aumento da qualidade dos lucros, permitiu uma redução na qualidade informacional bem como maior gerenciamento de resultados de empresas pertencentes a setores específicos.

Os resultados vão ao encontro de Healy e Wahlen (1999) e Niyama et al. (2015), os quais afirmam que normas contábeis que permitem aos gestores maior exercício de julgamento sobre o que deve ser reportado em seus relatórios podem criar oportunidades para que estes gerenciem resultados por meio do uso de métodos contábeis que não refletem os eventos econômicos da entidade. Esse fato provavelmente ocorreu em virtude do que Aquino et al. (2019) ressaltam acerca do princípio fundamental quanto ao reconhecimento de receitas de ser representado pela efetiva transferência de bens ou serviços, que abre margem a interpretações que sugerem maior discricionariedade, o que se demonstra neste estudo pelo aumento no gerenciamento de resultados e pela diminuição da qualidade dos lucros.

Assim sendo, os achados permitem concluir que, mesmo que normas emitidas pelo IASB tenham como intuito oferecer melhores informações aos usuários, elas podem permitir o uso de procedimentos que refletem o julgamento oportunista dos gestores, com reflexos negativos na qualidade dos lucros de alguns setores (Baldissera et al., 2019; Niyama et al., 2015).

5 Considerações finais

Com o objetivo de verificar se a obrigatoriedade da nova norma sobre reconhecimento de receitas em

contratos com clientes afetou a qualidade dos lucros de empresas brasileiras, este estudo estimou dois modelos de qualidade dos lucros em painel por meio de regressões quantílicas, sendo: qualidade dos *accruals*, por Dechow e Dichev (2002), e gerenciamento de resultados, por Pae (2005).

No primeiro modelo, foi testada uma variável *dummy* para os períodos após a obrigatoriedade da nova norma sobre reconhecimento de receitas (IFRS15). No segundo modelo, foram testadas cinco *dummies* multiplicativas, para empresas pertencentes a setores apontados como os mais “influenciados” pela norma: construção civil, produtos industrializados e fabricação, licenciadores – saúde, tecnologia e telecomunicações.

O resultado relacionado à qualidade dos lucros não apresentou uma relação positiva e significativa entre a baixa qualidade dos *accruals* e os períodos de vigência da nova norma contábil. Ou seja, após a obrigatoriedade da IFRS 15 no Brasil, não houve efeitos na qualidade dos *accruals*, rejeitando a H_1 da pesquisa. Na análise setorial, há algumas evidências que apontam que o setor de tecnologia passou a reportar uma menor qualidade dos *accruals*.

Para o modelo de GR, os resultados apresentaram uma relação positiva e significativa, com a implementação da IFRS 15, de modo geral, e de forma específica para o setor de produtos industrializados, rejeitando a H_2 da pesquisa. Esses resultados estão de acordo com Cameran et al. (2014), os quais apontaram que a adoção de normas IFRS aumentaria o gerenciamento de resultados contábeis.

Portanto, os resultados fornecem evidências de que a inclusão da nova norma contábil sobre o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação de receitas podem reduzir a qualidade dos *accruals* (rejeitando H_1) e aumentar o nível de gerenciamento de resultados (rejeitando H_2), o que, de modo geral, pode implicar uma redução na qualidade dos lucros reportados pelas empresas.

Apesar de o IASB ter como objetivo fundamental fornecer normas de qualidade para a melhor tomada de decisão de seus usuários, infere-se, pelos resultados desta pesquisa, que normas baseadas em princípios, as quais atribuem um maior poder de julgamento aos gestores, possuem um impacto negativo na qualidade da informação contábil. Mais especificamente, constata-se que a norma IFRS 15 aumentou o nível de discricionariedade se comparada às normas anteriores sobre reconhecimento de receitas, fornecendo ao gestor escolhas que acabaram por impactar negativamente a qualidade dos relatórios.

Os resultados desta pesquisa devem ser observados considerando-se as limitações inerentes às variáveis utilizadas (QA e GR), bem como o período e as empresas componentes de sua amostra. Sugere-se, para pesquisas futuras, que sejam feitos estudos sobre o impacto da nova norma de receitas sobre os setores que obtiveram relação significativa com a qualidade dos lucros.

Referências

- ALCOFORADO, E. A. A. G., SILVA, K. A., & ÁVILA, L. A. C. (2019). Gerenciamento de resultados no setor de locação imobiliária. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 38(2), 103-122. <http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v38i2.41177>.
- AQUINO, C. E. M., IUDÍCIBUS, S., SANTOS, F. A., & SAPORITO, A. (2019). Receita de contrato com cliente (IFRS 15/CPC 47): Aspectos contábeis do segmento de medicina diagnóstica no Brasil. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 16(41), 137-161. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2019v16n41p137>.
- BALDISSERA, J. F., GOMES, A. R. V., ZANCHET, A., & FIIRST, C. (2019). Gerenciamento de resultados em companhias do setor de construção civil: Influência da adoção do CPC 17. *Revista Universo Contábil*, 14(2), 100. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2018213>.
- BALL, R., & SHIVAKUMAR, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: Comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 83-128. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2004.04.001>.
- BAUER, K., & CENTORRINO, G. (2017). Financial statements of banks as a source of information about implementation of IFRS 15. *Journal of Modern Accounting and Auditing*, 13(6), 235-248. <http://dx.doi.org/10.17265/1548-6583/2017.06.001>.
- CAMERAN, M., CAMPA, D., & PETTINICCHIO, A. (2014). IFRS adoption among private companies: Impact on earnings quality. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 29(3), 278-305. <http://dx.doi.org/10.1177/0148558X14534260>.
- COVA, C. J. G. (2015). Os impactos da assimilação da norma Internacional de Relatório Financeiro (IFRS 15), que trata do reconhecimento das receitas de contratos com os clientes, e seus efeitos assimétricos nas demonstrações

- financeiras das empresas brasileiras. *Pensar Contábil*, 17(64), 48-56.
- DANI, A. C., SANTOS, C. A., PANUCCI Fo., L., & KLANN, R. C. (2017). Efeito da adoção antecipada da IFRS 15 na qualidade da informação contábil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(2), 131-146. <http://dx.doi.org/10.4025/enfoque.v36i2.33913>.
- DECHOW, P. M., & DICHEV, I. D. (2002). The quality of accruals and earnings: The role of accrual estimation errors. *The Accounting Review*, 77(s-1), 35-59. <http://dx.doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.35>.
- DECHOW, P., GE, W., & SCHRAND, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2-3), 344-401. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.001>.
- DUARTE, F. C. L., GIRÃO, L. F. A. P., & PAULO, E. (2017). Avaliando modelos lineares de value relevance: Eles captam o que deveriam captar? *Revista de Administração Contemporânea*, 21(spe), 110-134. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2017160202>.
- EDEIGBA, J., & AMENKHIENAN, F. (2017). The influence of IFRS adoption on corporate transparency and accountability: Evidence from New Zealand. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 11(3), 3-19. <http://dx.doi.org/10.14453/aabfj.v11i3.2>.
- FIRTH, M., GOUNOPOULOS, D., & PULM, J. (2017). *IFRS adoption and management earnings forecasts of Australian IPOs*. Papers SSRN. https://efmaefm.org/0EFMAMEETINGS/EFMA%20ANNUAL%20MEETINGS/2012-Barcelona/papers/EFMA2012_0160_fullpaper.pdf
- FLOROU, A., & KOSI, U. (2015). Does mandatory IFRS adoption facilitate debt financing? *Review of Accounting Studies*, 20(4), 1407-1456. <http://dx.doi.org/10.1007/s11142-015-9325-z>.
- FRANKEL, R., JOHNSON, M., & NELSON, K. (2002). The relation between auditors' fees for non-audit services and earnings management. *The Accounting Review*, 77(s-1), 71-105. <http://dx.doi.org/10.2308/accr.2002.77.s-1.71>.
- GARCÍA SÁNCHEZ, I. M., & GARCÍA MECA, E. (2017). CSR engagement and earnings quality in banks. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 24(2), 145-158. <http://dx.doi.org/10.1002/csr.1405>.
- GORDON, E., HENRY, E., & HSU, H. T. (2017). *Revenue recognition: A brave new world*. Papers SSRN. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3088041>.
- HEALY, P. M., & WAHLEN, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons*, 13(4), 365-383. <http://dx.doi.org/10.2308/acch.1999.13.4.365>.
- HUEFNER, R. J. (2016). The impact of new financial reporting standards on revenue management. *Journal of Revenue and Pricing Management*, 15(1), 78-81. <http://dx.doi.org/10.1057/rpm.2015.45>.
- JOHNSON, L. (2018). *A high-level overview of how the new accounting standard update on revenue recognition impacts the United States healthcare system* [Undergraduate Honors Theses]. Paper 456. <https://dc.etsu.edu/honors/456>
- International Accounting Standards Board – IASB. (2014). *IFRS 15: Revenue from contracts with customers*. London, UK.
- KOENKER, R., & BASSETT Jr., G. (1978). Regression quantiles. *Econometrica*, 46(1), 33-50. <http://dx.doi.org/10.2307/1913643>.
- KPMG Auditores Independentes – KPMG. (2016). *IFRS em destaque 03/16: IFRS 15 – Receitas* (pp. 1-36). <https://assets.kpmg.com/content/dam/kpmg/br/pdf/2016/10/br-ifrs-em-destaque-03-16.pdf>
- LATIF, A. W., LATIF, A. S., & ABDULLAH, F. (2017). Influence of institutional ownership on earnings quality: Evidence for firms listed on the Pakistan stock exchange. *Pakistan Business Review*, 668-687. https://papers.ssrn.com/sol3/Data_Integrity_Notice.cfm?abid=3056875
- MONTRESOR, S., & VEZZANI, A. (2015). The production function of top R&D investors: Accounting for size and sector heterogeneity with quantile estimations. *Research Policy*, 44(2), 381-393. <http://dx.doi.org/10.1016/j.respol.2014.08.005>.

- MORAWSKA, I. (2021). The impact of the IFRS 15 implementation on the revenue-based earnings management in Poland. *Journal of Economics & Management*, 43, 387-403. <http://dx.doi.org/10.22367/jem.2021.43.18>.
- NIYAMA, J. K., RODRIGUES, A. M. G., & RODRIGUES, J. M. (2015). Algumas reflexões sobre contabilidade criativa e as normas internacionais de contabilidade. *Revista Universo Contábil*, 11(1), 69-87. <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2015104>.
- OLIVEIRA, R. X., CRABBI, T. M., & RODRIGUES, J. M. (2020). Nível de aderência das empresas brasileiras listadas do setor de telecomunicações ao pronunciamento contábil CPC 47. *Revista Ambiente Contábil*, 12(1), 1-20. <http://dx.doi.org/10.21680/2176-9036.2020v12n1ID16288>.
- ONCIOIU, I., & TĂNASE, A. E. (2016). Revenue from contracts with customers under IFRS 15: New perspectives on practice. *EuroEconomica*, 35(2), 31-40. <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=498511>
- OYEDOKUN, G. (2016). *Revenue recognition paradox: A review of IAS 18 and IFRS 15*. Papers SSRN. https://www.researchgate.net/profile/Godwin_Oyedokun4/publication/317996234_Revenue_Recognition_Paradox_A_Review_of_IAS_18_and_IFRS_15/links/599a0d51a6fdcc261586b131/Revenue-Recognition-Paradox-A-Review-of-IAS-18-and-IFRS-15.pdf
- PAE, J. (2005). Expected accrual models: The impact of operating cash flows and reversals of accruals. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 24(1), 5-22. <http://dx.doi.org/10.1007/s11156-005-5324-7>.
- PAULO, E. (2007). *Manipulação das informações contábeis: Uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados* [Tese de doutorado]. Universidade de São Paulo, São Paulo. <http://dx.doi.org/10.11606/T.12.2007.tde-28012008-113439>.
- PAULO, E., & MOTA, R. H. G. (2019). Business cycles and earnings management strategies: A study in Brazilian public firms. *Revista Contabilidade & Finanças*, 30(80), 216-233. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-057x201806870>.
- PEROTTI, P., & WAGENHOFER, A. (2014). Earnings quality measures and excess returns. *Journal of Business Finance & Accounting*, 41(5-6), 545-571. <http://dx.doi.org/10.1111/jbfa.12071>. PMID:26300582.
- Pricewaterhouse Coopers Brasil Ltda – PwC. (2017). *IFRS 15: O futuro está aqui: Analisando o impacto da nova norma sobre reconhecimento de receita nos seus negócios* (pp. 1-19). https://www.pwc.com.br/pt/estudos/servicos/auditoria/2017/futuro_ifrs_17.pdf
- RUTLEDGE, R. W., KARIM, K. E., & KIM, T. (2016). The FASB's and IASB's new revenue recognition standard: What will be the effects on earnings quality, deferred taxes, management compensation, and on industry-specific reporting? *Journal of Corporate Accounting & Finance*, 27(6), 43-48. <http://dx.doi.org/10.1002/jcaf.22188>.
- SILVA, V. M., & LUCENA, W. G. L. (2020). Gerenciamento de resultados e IPOs: Uma análise do modelo para identificação dos *accruals* de Pae. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(2), 80-92. <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13407>
- SILVA, D. I., & PIERRI Jr., M. A. (2020). Adoção do CPC 47 (IFRS 15) nas empresas do setor de telecomunicações listadas na B3. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 12(2), 89-107.
- SUBRAMANYAM, K. R. (1996). The pricing of discretionary accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 22(1-3), 249-281. [http://dx.doi.org/10.1016/S0165-4101\(96\)00434-X](http://dx.doi.org/10.1016/S0165-4101(96)00434-X).
- TRABELSI, N. S. (2018). IFRS 15 early adoption and accounting information: Case of real estate companies in Dubai. *Academy of Accounting and Financial Studies Journal*, 22(1), 1-12. <https://www.abacademies.org/articles/ifrs-15-early-adoption-and-accounting-information-case-of-real-estate-companies-in-dubai-6983.html>
- TSUNOGAYA, N. (2016). Issues affecting decisions on mandatory adoption of International Financial Reporting Standards (IFRS) in Japan. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 29(5), 828-860. <http://dx.doi.org/10.1108/AAAJ-07-2014-1765>.
- TUTINO, M., REGOLIOSI, C., MATTEI, G., PAOLONI, N., & POMPILI, M. (2019). Does the IFRS 15 impact earnings management? Initial evidence from Italian listed companies. *African Journal of Business*

Management, 13(7), 226-238. <http://dx.doi.org/10.5897/AJBM2018.8735>.

WATTS, R. L., & ZIMMERMAN, J. L. (1986). *Positive accounting theory*. New Jersey: Prentice Hall.

YEATON, K. (2015). A new world of revenue recognition: Revenue from contracts with customers. *The CPA Journal*, 85(7), 50. <https://search.proquest.com/openview/53dc91ccc3c07370a882aeb3b6a94e46/1?pq-origsite=gscholar&cbl=41798>

Agências de fomento:

Não há agências de financiamento para informar.

Conflito de interesse:

Os autores não possuem conflito de interesse a declarar.

Copyrights:

A RBGN detém os direitos autorais deste conteúdo publicado.

Análise de plágio:

A RBGN realiza análise de plágio em todos os seus artigos no momento da submissão e após a aprovação do manuscrito por meio da ferramenta iThenticate.

Autores:

1. Paulo Vitor Souza de Souza, Doutorado em Ciências Contábeis, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.

E-mail: paulovsouza@ufpa.br

2. Rodrigo de Souza Gonçalves, Doutorado em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

E-mail: rgoncalves@unb.br

3. César Augusto Tibúrcio Silva, Doutorado em Controladoria e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

E-mail: cesartiburcio@unb.br.

Contribuição dos autores:

1º autor: Definição do problema de pesquisa; Desenvolvimento das hipóteses ou questões de pesquisa (trabalhos empíricos); Desenvolvimento das proposições teóricas (ensaios teóricos); Fundamentação teórica/Revisão de literatura; Definição dos procedimentos metodológicos; Coleta de dados; Análise estatística; Análise e interpretação dos dados; Revisão crítica do manuscrito; Redação do manuscrito.

2º autor: Desenvolvimento das hipóteses ou questões de pesquisa (trabalhos empíricos); Desenvolvimento das proposições teóricas (ensaios teóricos); Definição dos procedimentos metodológicos; Análise estatística; Análise e interpretação dos dados; Revisão crítica do manuscrito; Redação do manuscrito.

3º autor: Desenvolvimento das hipóteses ou questões de pesquisa (trabalhos empíricos); Desenvolvimento das proposições teóricas (ensaios teóricos); Fundamentação teórica/Revisão de literatura; Revisão crítica do manuscrito; Redação do manuscrito.